Uma data e uma história

Carlos Candal dos Santos *

Saem este ano os ANAIS em edição especial, comemorando o octogésimo aniversário da Faculdade, da qual, por quarenta anos consecutivos, vêm sendo o legítimo porta-voz. Como diretor, desvanece-me sobremodo registrar aqui o evento pois, no Brasil, muito poucas instituições de ensino superior poderão ostentar tão longa existência e, dentro dela, história tão gloriosa e tão rica folha de serviços prestados à Nação.

Em verdade, temos sido demasiado modestos ou displicentes em não proclamarmos com o devido destaque o fato de que — na área da educação médica — representamos a mais antiga escola do País dentre as originárias da iniciativa privada e, também, a primeira nascida de matriz e berço genuinamente nacionais. As duas outras, que a ela se anteciparam, surgiram aqui quando ainda não se havia constituido a nação brasileira. Resultaram da dramática contingência vivida pelo governo português, na precipitada transferência para o Brasil, e até sugerem dúvidas de que tenham sido criadas para ficar.

Exitoso na "feliz e inteligente manobra política" de abandonar Portugal então devassado pelas hostes napoleônicas de Junot, ao aportar em Salvador o príncipe regente D. João cuidou em instituir, naquele mesmo ano de 1808., os Cursos Médico-cirúrgicos da Bahia e, no ano seguinte, os do Rio de Janeiro. Em face da conjuntura em que se debatia a coroa bragantina, forçada ao exílio em seu domínio ultramarino, a medida era imperativa como o foram as demais tomadas em outros setores administrativos e que deram à então colônia um impulso desenvolvimentista dialeticamente irreversível, antecipando pelo mesmo fato a data da emancipação.

É de supor que faltassem aos mentores da política portuguesa os dados necessários para uma estimativa do tempo em que teriam de curtir os dissabores do exílio. Se os possuíssem, bem definida poderia ser a linha de conduta a ser adotada na colônia enquanto nela permanecesse a coroa. Sendo curto o período, nada de maior vulto deveria ser empreendido aqui. Se longo, tudo ao contrário, pois nenhum governo pode prescindir por muito tempo as infra-estruturas de apoio.

Pelo sim, pelo não — mandava a prudência montar os planos com base na segunda hipótese e tudo foi feito na colônia para assegurar à coroa exilada o suporte logístico que ficara em Portugal. Mas, aguardando incólume o fim da borrasca distante, cedo ou tarde a côrte retornaria a Lisboa, Então, todos aqueles avanços promovidos no Brasil passariam a representar excrescências indesejáveis que, sem tardança, teriam de ser radicalmente extirpadas a bem dos interesses políticos e econômicos da metrópole.

Como as demais medidas de exceção aqui tomadas, os cursos médico-cirúrgicos devem ter sido considerados um mal necessário. Sem eles, correr-se-ia, em caso de longa permanência, o risco de ficar sem médicos. Com eles, instituida ficava a providência que iria desencadear o desenvolvimento cultural da colônia, fato que Portugal temia e, a todo transe, evitava. Talvez de índole acautelatória, pois, a razão pela qual não foi dada ao currículo daqueles cursos a extensão vigorante no ensino médico de Coimbra. Só Coimbra conferia o título de doutor e, com este, o direito ao pleno exercício pro-

* Professor Titular de Patologia
Diretor da Faculdade de Medicina/UFRGS

fissional. A impossibilidade de transferência de professores qualificados, durante a ocupação gaulesa da metrópole, é outra razão que pode ser invocada. Mas esta não se coaduna com o fato de que — nos oito anos decorridos entre a definitiva libertação do solo português (1814) e a data de nossa independência — a complementação curricular não se tenha verificado nos ditos cursos.

Mudou no entanto e rapidamente o rumo da história. Os ventos libertários que varriam o continente americano acentuaram-se ameaçadoramente. Com o espetacular desenvolvimento promovido no Brasil, mesmo sem o querer "Dom João veio criar e realmente fundou na América um império, pois merece bem assim ser classificado o ter dado foros de nacionalidade a uma imensa colônia amorfa..." (Oliveira Lima). A independência chegava à vista. Compreendeu Dom João que a única forma viável de evitá-la era permanecer aqui. E, se inevitável a separação, mil vezes mais vantajoso para a Casa de Bragança seria fixar-se no novo, gigantesco e futuroso império do que ficar no pequenino, estraçalhado e já sem futuro Portugal. Com a morte de Dona Maria, a Louca, o regente passa a rei; e a seguir, de vice-reino meramente nominal, o Brasil salta logo à categoria de reino, unido ao de Portugal e Algarve. Outra é agora a régia intenção. Sentia-se feliz o rei, no Brasil. Orgulhava-se dele. Amava-o. Não pretendia mais deixá-lo. Dependesse só dele, ficaria definitivamente fixada aqui a sede do império lusitano.

Expulso o invasor francês, por sete anos intermináveis espera o povo português a volta de seu rei. Vem por fim o desespero e a presença do monarca é exigida. Entrementes, alastra-se por entre aquela gente sofrida o inço do liberalismo espalhado por Napoleão. Fraca é a regência ali para conter o ímpeto revolucionário. O inço se impõe e cria as Cortes, D. João chega às pressas, mas tarde demais. Recebido com frieza e tratado como um prisioneiro, vê-se obrigado a assinar uma constituição. Esta e as Côrtes são agora quem manda. E tudo volta ao que era dantes, com respeito ao Brasil. A idéia de mantê-lo na condição de colônia amorfa não morrera. Estivera apenas em recesso. E ressurgia com todo o vigor primitivo na política abertamente declarada pelas Côrtes.

Tal interpretação se firma nas medidas que gradativamente passaram a ser adotadas em Lisboa após o retôrno do rei. Um plano de desmontagem sistemática começou a ser tentado no Brasil, através de ordens incisivas e reiteradas que cada vez mais irritavam o regente Dom Pedro e levavam à exasperação a parcela consciente da população do reino que não mais era reconhecido como tal. Se tempo e fôrça sobrassem ao podão lusitano, é bem provável que os cursos médico-cirúrgicos da Bahia e do Rio tivessem sido cortados pela raiz. A D. Pedro I devem eles, por certo, a sobrevivência e, seguramente, a nacionalização, bem como, a partir de 1826, a maioridade de seus currículos.

Assim se implantou o ensino médico no Brasil. Sem menoscabo às duas veneráveis instituições pioneiras, que por um século inteiro arcaram com a responsabilidade de suprir de médicos todo o território pátrio, força é reconhecer que — criadas pelo govêrno de Portugal em terras ainda lusitanas "par droit de conquête" — portuguesas nasceram de berço e origem e brasileiras são hoje por adoção de cidadania. A primeira escola médica genuínamente brasileira haveria de surgir no Rio Grande do Sul noventa anos mais tarde, passados a Independência e o Império e já definitivamente consolidada a fase republicana. E, trocando mais de uma vez de nome, viria a chamar-se Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Para a devida exaltação da aniversariante, bem como do extremo rincão sulino que a gerou e nutriu, é necessário considerar as circunstâncias que lhe envolveram o nascimento e as três primeiras décadas de existência. De um lado, a inadequação ambiental. De outro, a dura e inusitada hostilidade oficial.

A rigor, o ano de 1801 constitui-se no marco histórico que — com a incorporação "manu militari" das Missões Jesuíticas da margem esquerda do rio Uruguai — encerra a fase de integração do território sul-rio-grandense. Naquela data, dos outrora florecentes "Siete Pueblos" nada mais restava senão uma população de bugres em franca derrocada e reduzida a umas 14.000 almas que, já em 1835, não

chegavam a quatrocentas. O primeiro núcleo de povoamento regular do território, sob jurisdição portuguesa, só veio a instalar-se em 1737, com o brigadeiro Silva Paes, nas imediações do porto marítimo onde se assenta hoje a cidade de Rio Grande. Mas, em 1763, caía em mãos do competidor espanhol e, sómente após treze anos de duras pelejas, recambiava ao domínio de Portugal.

Por esse tempo, os núcleos mais antigos de civilização no Brasil já contavam com dois séculos e meio de existência. Dentre as províncias litorâneas, a de São Pedro do Rio Grande foi a última a civilizar-se, com grande atraso mesmo sobre as mais tardatárias. Figurativamente falando, se pode afirmar que o povoamento se iniciou e desenvolveu nas tendas de um acampamento militar sempre em guerra, sob uma disciplina férrea que muito valeu para lhe delinear os traços evolutivos mais típicos. Na fase heróica da expansão territorial e da fixação de fronteiras, todo homem válido era aqui um soldado, mesmo que não engajado regularmente nas forças em operação. Não encontrava outra opção, se pretendesse uma relativa segurança em torno de seus haveres e da própria vida. Aí a origem do acendrado sentimento pátrio, do senso de responsabilidade, do amor à ordem e o acatamento à autoridade, da iniciativa e do destemor, tudo ligado a uma lúcida consciência política que muito cedo se enraizou na alma do pampa. Enquanto o resto do País não lhe reconheceu essas virtudes cívicas, fazendo ouvidos moucos ao irmão caçula, o gaúcho foi sempre um rebelde de lança em punho. Aceita, porém, sua maioridade, a partir de 1930, ganhou cadeira cativa na liderança da política nacional.

Em todo o transcurso do século XIX, as armas praticamente nunca chegaram a ensarilhar-se no Continente de São Pedro. A consolidação era sempre o alvo obsessivamente buscado. Não só dos domínios territoriais ameaçados como das fórmulas políticas imperantes na consciência cívica provinciana e expostas à contestação pela força. Incluem-se no último caso a decenária Guerra dos Farrapos, de objetivos já enquadrados, em 1835, no ideário republicano, e a impiedosa Revolução Federalista de 1893, etapa militar decisiva da consolidação da República, que em apenas dois anos nos roubou mais de dez mil vidas, muitas das quais entre figuras ilustres.

Pois bem, andava ainda o Rio Grande a lavar-se do sangue generosamente vertido nesta última refrega quando veio à luz a nossa faculdade de medicina. Neste tempo, o Estado recém estava chegando a seu primeiro milhão de habitantes. Seus meios de comunicação com o resto do País eram precaríssimos, pois se limitavam à navegação marítima tremendamente dificultada, aliás, pelos caprichos aluvionais da barra riograndina e as variações de calado da rota lacustre que dava acesso à Capital. Este cinturão de incomunicabilidade cerceava a expansão das atividades todas que, de alguma, forma, dependiam da comercialização e do câmbio de informações.

Pesquisas processadas pelo historiador Sérgio da Costa Franco esclarecem que a população de Porto Alegre, incluida a dos futuros municípios de Guaíba e Barra do Ribeiro andaria em torno de 60.000 habitantes e o número de médicos diplomados não excedia a quarenta.

Extrair dessa ambiência uma faculdade de medicina foi como fazer saltar coelho em cartola de mágico. Cabe a imagem porque, em qualquer dos casos, o fato se manifesta impossível apenas na aparência. Mas não deixa de ser deveras surpreendente. Aliás, não sendo o único, o acontecimento se insere num processo sociológico mais amplo que ainda aguarda uma explicação convincente. Chama atenção o citado historiador para o qüinqüênio 1895-1900 em cujo transcurso irromperam a curtos intervalos quatro instituições de ensino superior; todas originadas na iniciativa privada e regionalmente pioneira, cada uma, na respectiva área profissional. Sucederam-se, em ordem cronológica, as escolas de Farmácia, de Engenharia, de Medicina e Direito. O que mais surpreende, no entanto, não é o terem surgido. O quase milagre está em haverem vingado impondo-se, ainda e com rapidez, à consideração e ao respeito de toda a Nação.

Em mensagem congratulatória dirida ao fundador da Faculdade de Medicina e seu correligionário político, o patriarca Julio Prates de Castilhos — republicano histórico e presidente do Estado — valeu-se da oportunidade para desta-

car o singular acontecimento grupal e atribuí-lo à excelência dos princípios positivistas que norteavam não só a constituição federal de 1891 como, ainda e com mais autenticidade, a carta magna do Estado.

As raízes históricas de nossa Faculdade de Medicina mergulham em duas instituições hoje venerandas: o hospital da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e a irmã pouco mais velha, a Faculdade de Farmácia. Na primeira funcionava já um curso de Partos a cargo de médicos do próprio nosocômio, os quais por certo não limitavam suas ambições àquele modesto magistério. Quanto à outra, pobre e ainda engatinhando, parece que não vislumbrava perspectivas de sobrevivência numa terra em que imperava a mais absoluta liberdade profissional. O puro e simples registro na Saúde Pública bastava, a quem o quizesse, para a regular habilitação ao exercício pleno da profissão farmacêutica. A união de ambos possibilitaria, à Farmácia, sobreviver condicionada a muito reduzido número de alunos. E, ao Curso de Partos, a ambicionada conversão em curso de medicina, uma vez que teria à disposição os laboratórios, a sede e a máquina administrativa da outra. "L'union fait la force", rezava um dos chavões de importação, na época. Se assim disseram, melhor fizeram. E, deste modo, nasceu a Faculdade Livre de Medicina e Pharmácia de Porto Alegre, no dia 25 de julho de 1898.

O ato histórico de fundação ocorreu à noite, polarizando a atenção geral e motivando manifestações públicas de regozijo na pequena capital de província. Em seguimento à derradeira sessão do colegiado maior da Faculdade de Farmácia — que naquele momento perdia a individualidade jurídica — e presentes os professores do Curso de Partos, procedeu-se a eleição dos dirigentes da nova entidade. Saíram eleitos como diretor e vice-diretor, respectivamente, o médico, Protásio Alves e o farmacêutico Alfredo Leal. O primeiro representava uma figura de proa no cenário político do Estado em cuja administração participou como Diretor de Higiene e como Vice-Presidente do próprio Estado. O outro dirigira até então a Faculdade de Farmácia — que se reduzia a curso, dentro de uma estrutura maior. Era também uma pessoa de méritos invulgares, sobre a qual até livro se escreveu. Acabrunhado por uma infortunada ocorrência em que esteve envolvido, retirou-se, pouco depois, para o Rio de Janeiro onde se destacou pelos inestimáveis serviços prestados à indústria farmacêutica nacional.

Em 1904, formou-se a primeira turma de médicos da nova escola. Doze ao todo. Paraninfou o ato o eminente professor Olinto de Oliveira, de futuro renome nacional e que encerrou sua longa e gloriosa carreira na direção do Departamento Nacional da Criança. Foi o quarto diretor da Faculdade, no biênio 1910-1911. Falou como orador da turma o doutorando Mário Totta, a quem o destino reservava a cátedra de Obstetrícia na mesma escola de onde saía. A comunidade portoalegrense guarda com carinho a imagem do intelectual brilhante e médico caridoso, que foi, perpetuando sua ilustre memória no bronze de um busto erguido em praça pública e na designação de uma rua.

É fácil imaginar o que terá sido esta escola ao nascer. Um prematuro de escassa viabilidade. E destinado, ainda, a enfrentar seus primeiros e decisivos anos de vida dentro da mais extremada condição de penúria. O governo federal ainda não atentava para empreendimentos de tal gênero nem incluia o Rio Grande do Sul no rol de suas preocupações maiores. E o do Estado, impedido por sua própria ideologia política, não ajudava senão com palavras de encorajamento que, mesmo assim, logo calaram. Sem condições de prestar auxílio financeiro, a intendência municipal doou-lhe um terreno para assentamento da futura sede a qual, depois de construída em passo de tartaruga, foi ocupada a partir de 1924 e serviu de morada à Escola durante cinqüenta anos. Só de migalhas vivia o carenciado crônico: das poucas e modestas taxas de matrícula e do produto de eventuais angariações de fundos colhidos no seio de uma comunidade pequena e sem fortuna. Hosanas, pois, ao idealismo e à civica tenacidade dos homens que, dentro e fora dele, tudo deram de si para não deixá-lo morrer!

Não bastando tanta miséria veio o pior. Decorrência natural da fundação, concentrou-se no corpo docente da Faculdade o esparso conjunto de médicos diplo-

mados que acirradamente disputavam com os licenciados ou charlatães o exercício da medicina na Capital. Obviamente, passaria a Escola a representar o bastião dos primeiros no prosseguimento dessa luta. E, como a casamata dos outros ficava no próprio governo do Estado, que política e abertamente os apoiava, em pouco tempo, firmando-se em campos opostos, Escola e governo estavam em guerra. David versus Golias.

Inadmissível será que o partido de oposição não se tenha valido da oportunidade para infiltrar-se na Faculdade e atiçar a fogueira que os mais sensatos e isentos procuravam abafar. Na fase mais tensa, estourou a crise em pleno cerne da instituição. Definiram-se as posições. Os professores comprometidos politicamente com o governo acharam de abandoná-la. Em contrapartida, outros, que ocupavam cargos na administração estadual, preferiram renunciar à função remunerada para ficar com sua escola. O próprio fundador Protásio Alves, então diretor, retirou-se desta para não mais voltar. Fê-lo com discreção e, ao que parece, sem deixar registro sobre as razões de seu gesto. Mas teria declarado ao sucessor Serapião Mariante, que tentava dissuadí-lo, sua total descrença no futuro da instituição que fundara.

Neste episódio, onde ficavam nítidas as marcas digitais do gigante, o governo não conseguiu esmagar a esmirrada mas valente contestadora. Ao contrário, propiciando-lhe o que, de certa forma, foi um expurgo, retemperou-a. E a luta contra ela prosseguiria com a clara intenção de extermínio daquele já exasperante foco de irritação. Pelas colunas do jornal A Federação — órgão oficial do partido dominante e oficioso do poder estatal — desencadeou-se, então, uma violenta campanha de descrédito voltada para a Casa que se deixara converter em reduto da oposição.

Não representasse, a medida, uma frontal contradita a seus princípios ideológicos de base, teria o Estado criado a sua própria faculdade de medicina para que, devidamente respaldada no amparo oficial, eliminasse facilmente a outra, pela simples competição. Fê-lo, porém, de outra forma. Com vistas ao mesmo objetivo, conclamou os correligionários à constituição de uma sociedade anônima, mediante a subscrição de ações. Falhou, no entanto, a empreitada pois o apêlo não encontrou, na grei partidária, o acolhimento esperado.

Tal como o junco — da fábula já cediça — que verga até o chão sob a fúria do vendaval mas não quebra, assim se portou a Faculdade ao longo da dura fase em que sua aniquilação foi com todo o empenho buscada. Tamanha resistência, firmada numa flexibilidade singularmente versátil, ela deveu, entre outras, às hábeis manobras, jamais imputáveis à subserviência, de um professor ainda jovem, de Anatomia, que gradativamente se impôs como líder e terminou sendo o heroi da consolidação. Chamava-se Eduardo Sarmento Leite da Fonseca. Já se definia este como eminência parda do sistema quando começou a aparecer em repetidas reconduções ao cargo de vice-diretor. Passou, depois, ao supremo comando da Escola, onde permaneceu por vinte anos consecutivos até as vésperas de sua morte ocorrida em 1935.

De 1908 a 1913, ocupou a governança do Estado um outro presidente, o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Médico diplomado, que também era, e homem de convicções por certo menos arraigadas ao ideal político de seu partido — suspendeu as hostilidades, entendeu-se com as direções em que Sarmento era vice e concedeu razoáveis doações à Escola, com as quais foi possível a construção de uma sede própria.

Mas curto foi o armistício. Carlos Barbosa seria substituido pelo mesmo presidente que, no exercício de dois mandatos sucessivos desde fins de 1898, fora o seu antecessor imediato. E a guerra recomeçou. Ora quente, ora fria, andou, daí por diante, bem mais amena graças à política gradativamente despejada de partidarismo que a Direção vinha habilmente mantendo. Mas continuava ainda em 1927, ano em que teve sede, na própria Faculdade, o memorável congresso Nacional de Medicina, que tanto deu que falar. Com a palavra agora o festejado escritor Cyro Martins, psiquiatra ilustre egresso desta Casa, quem, ainda na condição de vestibulando, foi testemunha presente aos fatos sobre os quais registrou, faz pouco, um pitoresco e claro depoimento: "... Pois bem, em pleno congresso surgiu uma moção do Dr. Simões Lopes, de Pelotas,

contra a liberdade profissional. Foi um Deus nos acuda. O borgismo alçou-se. Capangas armados invadiram o plenário. A estudantada estava como queria em seu clima de protesto. Na hora do fervo mesmo, quem presidia a sessão era o professor Fernando Magalhães, outra figura proeminente da medicina nacional, que viera do Rio com Miguel Couto. Para tentar serenar os ânimos, ele pediu aos estudantes que se retirassem do recinto. Houve protestos mil. E ainda me recordo de um doutorando que, na confusão, alteou sua voz de falsete: É com o coração sangrando que nos retiramos. O efeito foi cômico e os rapazes começaram a sair para o saguão, onde, em seguida, se exaltaram outra vez. Fernando Magalhães deixou a presidência e foi atrás deles. No s a g u ã o, trepou n u m a cadeira e, orador que era, conseguiu mais ou menos dominar as labaredas da turbamulta. Nesse meio-instante, surgiu na porta do saguão o proponente da moção revolucionária. Bem, nunca mais, nos seus oitenta anos, a Faculdade de Medicina de Porto Alegre viveria outro momento de vibração como aquele. O dr. Simões Lopes foi carregado nos ombros dos jovens, escadaria abaixo, aos gritos de vivas e morras próprios de tais ocasiões".

Em 1928, um ano portanto depois, a presidência do Estado passava às mãos de Getúlio Vargas, com quem se inauguraria uma nova era na província e, a seguir, no Brasil. Proscrita em lei a licenciosidade profissional, ensarilhavam-se as armas. Sarmento, que jogara habilmente com o tempo, sagrava-se vencedor. Terminava a Guerra dos Trinta Anos, que também tivemos, e a Faculdade podia finalmente viver em paz.

No comando exitoso da resistência não se resume contudo o mérito de Sarmento. Em plena fase das barricadas, pôde ele ainda promover um vigoroso impulso ao ritmo desenvolvimentista da Faculdade cuja federalização, ocorrida em 1931, constitui um dos acontecimentos mais marcantes de seu longo e vigilante consulado. O próprio Miguel Couto — ainda no testemunho de Cyro Martins — assim se expressou aqui, em 1927: "Vós andastes muito depressa".

Aqui se interrompe o comentário histórico. Devendo não mais me alongar, contento-me em ter fornecido ao leitor condições para que possa responder à seguinte interrogação: onde, no Brasil, uma faculdade de medicina surgida em circunstâncias históricas tão prematuras, em condições intrínsecas tão precárias e sob tamanha carga de hostilidades?

Pois, na resposta — que só pode ser uma — está toda a razão de nosso orgulho e do compromisso, que assumimos com o passado, de prosseguir na atávica obsessão de consolidar todas as situações conquistadas, sempre que balanceantes ou transitoriamente perdidas . . .